

## *A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008)*

A presença da mulher na política institucional no Brasil tem sido bastante tímida, principalmente se for comparada com os avanços conquistados na área dos direitos e na sua participação na força de trabalho ativa em praticamente todos os setores<sup>1</sup>.

No Brasil, a pouca participação da mulher no jogo político institucional é um fenômeno que se manifesta em termos nacional, estadual e municipal. Em que pese no ano de 2006 os gaúchos terem eleito uma governadora para comandar o Executivo estadual, o Rio Grande do Sul não foge à regra quanto à restrita representação política das mulheres. A Assembleia Legislativa é um exemplo paradigmático: ao longo de sua história, apenas 22 mulheres tiveram assento no parlamento estadual. Atualmente, em um universo de 55 cadeiras, apenas cinco são ocupadas por mulheres<sup>2</sup>. No âmbito federal, a dificuldade se repete: somente em 1994 o eleitorado gaúcho elegeu, pela primeira vez, duas deputadas e uma senadora. Passados 14 anos dessa eleição,

<sup>1</sup> Este artigo contou com a colaboração efetiva da bolsista de iniciação científica Giovani Sordi.

<sup>2</sup> Na legislatura 2006-2010, as mulheres detentoras de mandato são Kelly Moraes (PTB), Marisa Formolo (PT), Silvana Covatti (PP), Stela Farias (PT) e Zilá Breitenbach (PSDB). Em janeiro de 2009, Kelly Moraes assumiu a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul.

não houve um grande avanço, e hoje na Câmara dos Deputados são apenas três representantes do Rio Grande do Sul.<sup>3</sup>

A pequena participação feminina também é encontrada na Câmara Municipal de Porto Alegre, onde apenas em 1972 uma mulher – Dercy Furtado (ARENA) – conquistou uma cadeira como vereadora, sendo a mais votada de seu partido. Depois dessa estreia, as mulheres não deixaram de ter assento no Legislativo porto alegreense, mas nunca ultrapassaram 20% das vagas<sup>4</sup>. A legislatura que está chegando ao fim foi a de maior representatividade das mulheres: sete vereadoras em um total de 36 vagas. As eleitas em 2004 foram Clênia Maranhão (PMDB/PPS), Manuela D'Ávila (PCdoB), Margarete Moraes (PT), Maria Celeste (PT), Maristela Maffei (PT/PSB/PCdoB), Maristela Meneghetti (PFL) e Sofia Cavedon (PT). A suplente Neuza Canabarro (PDT) assumiu a titularidade do mandato logo no início da legislatura.

Para o pleito municipal de 2008 apresentaram-se oito candidatas à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sendo quatro candidaturas femininas. Tantas candidatas disputando o Executivo Municipal não é um fato inédito na Capital: nas eleições de 1996 havia três mulheres concorrendo ao cargo de prefeita e outras cinco estavam como candidatas à vice-prefeitas.<sup>5</sup> A diferença entre os dois pleitos é que naquele ano nenhuma delas tinha potencial de voto suficiente para ameaçar o favoritismo do candidato petista, Raul Pont<sup>6</sup>. Transcorridos 12 anos, Luciana Genro (PSOL), Maria do Rosário (PT), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Vera Guasso (PSTU) lançam-se na disputa buscando conquistar o cargo majoritário. Algumas coincidências chamam a atenção nessas candidaturas: a) todas elas representam partidos de esquerda e pertencem ao mesmo campo ideológico; b) três candidatas ocupam o cargo

<sup>3</sup> Nas três últimas legislaturas (51ª, 52ª, e 53ª), o Rio Grande do Sul elegeu entre três e quatro deputadas federais. As deputadas eleitas em 2006 foram Luciana Genro (PSOL), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Maria do Rosário (PT).

<sup>4</sup> Em 1976 foi eleita Bernadete Vidal (Arena). Nas eleições de 1982 foram eleitas Teresinha Chaise (PDT), Gládis Mantelli e Jussara Gauto pelo PMDB, e Bernadete Vidal reeleita pelo PDS. Na legislatura seguinte (1988), apenas Letícia Arruda elegeu-se pelo PDT. Em 1992, as eleitas foram Clênia Maranhão (PMDB), Maria do Rosário (PCdoB) e Helena Bonumá (PT).

<sup>5</sup> Em 1996, estavam encabeçando as chapas majoritárias as candidatas Maria Augusta Feldmann (PSB), Maria do Carmo Bueno (PPB) e Yeda Crusius (PSDB). Como vice-prefeitas, eram: Elisabete Reis da coligação União Social Popular, representando o PMN; Jussara Cony, pela coligação PDT-PCdoB, denominada Unidade Popular; Laura Mendonça pelo PAN; Márcia de Oliveira representante do PRONA e Teresinha Irigary do PTB.

<sup>6</sup> Em 1996, o resultado final do pleito foi o seguinte: Raul Pont, 51,97%; Yeda Crusius, 21,21%; Maria do Carmo Bueno, 6,13%; Vieira, 5,30%; Outros 5,41%; brancos e nulos, 4,78%. Fonte: TRE/RS.

de deputada federal e foram eleitas com expressiva votação em 2006; c) são mulheres jovens e que possuem uma longa trajetória de militância partidária e, anteriormente, no movimento estudantil; d) no mínimo, duas delas tinham chances reais de se tornarem prefeitas. Os demais candidatos que estavam na disputa eram José Fogaça (PMDB), prefeito concorrendo à reeleição, Onyx Lorenzoni, deputado federal, e representando os Democratas, o deputado estadual Nelson Marchezan Jr. pelo PSDB e Carlos Gomes pelo PHS.

A capital dos gaúchos tem como marca política a opção à esquerda do seu eleitorado. Tal tendência já era observada no período anterior à ditadura militar, quando prefeitos do PTB administraram a cidade. Findo este ciclo, os porto-alegrenses voltaram a sufragar e dar a vitória a candidatos de partidos de esquerda. Primeiramente, em 1985, elegeram o pedetista Alceu Collares. Posteriormente conduziram ao poder, por sucessivas vezes, os candidatos do PT. A hegemonia petista na administração da cidade perdurou por 16 anos e só foi encerrada em 2004, com a vitória de José Fogaça (PPS). Nessa eleição, Raul Pont, então prefeito e candidato petista à reeleição, foi o mais votado no primeiro turno e saiu derrotado no segundo turno do pleito. O embate entre Fogaça e o PT repetiu-se em 2008, entretanto, as posições estavam invertidas: nesse pleito, quem estava em vantagem era o candidato peemedebista. Ao longo de toda a campanha eleitoral, as pesquisas de intenção de voto mostravam o favoritismo do prefeito, que sempre manteve sua posição de liderança. Entretanto, o segundo lugar foi marcado pela indefinição: entre final de julho e a véspera do dia da eleição, o instituto DataFolha apresentou um constante empate técnico entre Manuela D'Ávila e Maria do Rosário.<sup>7</sup> Devido a essa indefinição, o segundo lugar foi acirradamente disputado entre as duas candidatas. A incerteza sobre quem iria disputar o segundo turno com José Fogaça só foi solucionada quando houve a divulgação da totalização dos votos: a candidata petista havia obtido quase 21% dos votos contra 13,95% de Manuela. Também fora confirmada a situação vantajosa do prefeito Fogaça, com 39,9% da preferência do eleitorado.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a disputa das três candidatas de esquerda à Prefeitura de Porto Alegre em 2008, que apresentavam maior potencial de voto. Por essa razão, mesmo sendo mulher

<sup>7</sup> Pesquisa Datafolha publicada no jornal *Folha de S. Paulo* do dia 7 de setembro de 2008 indica o favoritismo de Fogaça, com 34% das intenções de voto, e um empate real entre Rosário e Manuela, cada uma com 17% das intenções.

e de esquerda, a candidata Vera Guasso foi deixada fora do estudo em função de sua baixa votação, tanto nessa como em outras eleições de que já participou. A proposta dessa investigação é verificar como as candidatas Luciana Genro, Maria do Rosário e Manuela D'Ávila construíram sua imagem durante a campanha eleitoral e que elementos foram utilizados para apresentarem-se aos eleitores. O recorte temporal abrangeu o período oficial do primeiro turno da campanha municipal, correspondendo aos meses de veiculação da propaganda eleitoral gratuita, entre 15 de agosto e 1º de outubro de 2008.

Os objetivos ao acompanhar a campanha das três candidatas de esquerda são: (a) investigar a presença da mulher enquanto sujeito político nas candidaturas, isto é, *identificar se essas candidatas se colocaram como mulheres e identificaram uma pauta de questões políticas mediadas pela questão de gênero* (PINTO, 1997, p. 10); (b) discutir a questão da fragilidade da participação política da mulher no Brasil a partir do exame da campanha das três candidatas na campanha eleitoral. Para tal, este artigo foi dividido em três partes: na primeira, discutiremos, ainda que rapidamente, alguns pontos-chaves da questão da participação da mulher na política; na segunda parte, trabalharemos com as biografias de cada uma das candidatas e as formas como se apresentaram na campanha; na terceira parte faremos uma análise das campanhas eleitorais das três candidatas no primeiro turno, tendo como base 10 dias da programação eleitoral gratuita na TV; deste artigo ainda constará uma conclusão. Temos duas questões básicas que pretendemos responder: qual é a relação entre a presença dessas candidatas e a participação política das mulheres no Brasil; e como o ser mulher pautou ou não a propaganda eleitoral.

### **Breve nota a propósito da participação da mulher na política**

A participação política da mulher suscita um conjunto importante de questões que extrapolam o próprio tema específico, na medida em que também forma uma base para pensar os processos de democratização e inclusão políticas de diferentes grupos da sociedade. A primeira e mais empírica delas é a questão da própria ausência das mulheres no cenário político, o que deve ser analisado tanto pelas peculiaridades da situação da mulher, como pelas características que divide com muitos outros grupos excluídos. Não é necessário mais do que uma mirada rápida no plenário da Câmara de De-

putados e do Senado no Brasil para se concluir que o parlamento brasileiro é composto, quase na sua absoluta maioria, de homens brancos, de meia idade, de classe média ou burguesa.

Outra questão é a da natureza da representação da mulher. Em termos de teoria democrática, temos dois problemas a enfrentar: a presença da mulher e a presença da mulher enquanto sujeito de sua causa, isto é, enquanto sujeito político mulher. São presenças de qualidades distintas que pressupõem problemas distintos. Os parlamentos democráticos deveriam ser uma representação estatística da sociedade? A resposta afirmativa a essa questão beira o absurdo, pois, se assim fosse, pouco sobraria para a escolha do eleitorado. Um parlamento não é mais democrático porque tem entre os seus membros um número proporcional de mulheres, negros, indígenas e homens que corresponda ao universo dos eleitores. Se essa situação é muito pouco provável de se verificar empiricamente e não garante arranjos societários mais igualitários e democráticos, a situação inversa é muito reveladora do fenômeno da exclusão, pois é muito pouco provável que um parlamento sem a presença de negros, mulheres e indígenas tenha grandes preocupações com as causas próprias desses grupos, até porque essa ausência já denuncia suas condições subalternas.

Três perguntas aqui ajudam a avançar em nossa problemática da participação política da mulher: deve-se lutar pelo aumento do número de mulheres nos legislativos e na política de forma geral, como forma de fazer justiça ao gênero? Ou o importante é lutar pela presença de mulheres imbuídas de sua condição de sujeito político mulher, isto é, o sujeito feminista? E, finalmente, se o que é importante é a presença do sujeito político feminista, este necessita de um corpo feminino para se fazer presente?

As duas primeiras perguntas têm respostas positivas, ao contrário da terceira: é importante a presença numérica da mulher, bem como a presença da mulher como sujeito de sua condição de mulher, mas, por outro lado, o sujeito político feminista não necessita ser uma mulher. Vejamos cada uma desses cenários com maiores detalhes.

Esse conjunto de questões tem sido vastamente discutido pela teoria feminista, quando trata de cidadania e participação. São fundamentais as contribuições de Pateman (1992), Young (2000), Benhabib (2003) e Phillips (1996). No Brasil, igualmente, Avelar (2007), Araújo (2005; 2006) e Pinto (2003) têm se ocupado das questões referentes à cidadania e à representação

das mulheres. Para os objetivos deste estudo de caso específico, nos deteremos na já clássica contribuição de Anne Phillips a propósito do que chama de política de ideia e política de presença. Mesmo argumentando que a presença não garante a ideia, isto é, não basta mulheres no parlamento para que os seus direitos sejam defendidos, a autora afirma:

Mas quando a política das ideias é tomada isoladamente, do que eu chamo de política da presença, ela não dá conta adequadamente das experiências daqueles grupos sociais, que em virtude de suas raça ou etnia, ou religião ou gênero, têm se sentido excluídos. Exclusão política é crescentemente – eu acredito acertadamente – vista em termos que só pode vir a termos pela política de presença, e que muito destes desenvolvimentos dependem de um entendimento mais complexo da relação entre ideia e experiência (PHILLIPS, 1996, p.141)<sup>8</sup>.

O argumento de Phillips é muito elucidativo e nos permite desenvolver com mais acuidade as três respostas acima. A primeira diz respeito à presença da mulher. Essa simples mudança de colorido nos plenários (e poderíamos falar aqui também de raça e etnia) tem um significado muito forte em relação à conquista de cidadania em termos republicanos. A importância dessas presenças independe das posturas políticas individuais dos presentes, principalmente no que concerne a direitos particulares de grupos. Entretanto, há empiricamente uma forte relação entre países com culturas não sexistas e não racistas (conquistadas pelos movimentos sociais nos últimos 40 anos) e a presença de mulheres, negros e outras etnias nos conselhos públicos e parlamentos. O que estamos querendo enfatizar aqui é que a presença em si já é muito reveladora da existência de um novo cenário nas relações sociais, culturais e políticas de um país. Mas, de outra sorte, se encontrarmos nos parlamentos mulheres muito conservadoras, representantes, no caso de países de democracia menos consolidada, de oligarquias centenárias, esposas e filhas de políticos tradicionais, essa presença não representará efeito das lutas por direitos do movimento feminista. Todavia, quando o crescimento do número de mulheres nas assembleias é significativo, em cidades de médio e grande porte, independente da filiação familiar-partidária, temos de prestar a atenção, porque estamos frente a um eleitor que aceita a presença da mulher.

---

<sup>8</sup> Tradução nossa, para uso exclusivo neste artigo.

Verificar a possibilidade desse cenário nos leva a um novo questionamento: qual mulher o eleitor aceita nos cargos legislativos e executivos importantes? É possível imaginar três possibilidades de presença da mulher no cenário da política institucional: a mulher como cidadão, isto é, ela não se diferencia do homem por sua condição de gênero; a mulher que se apresenta a partir da visão tradicional, a mulher como a cuidadora de si (cuidado com o físico), cuidadora do outro (do lar, das crianças como mãe e professora, dos velhos, do orçamento doméstico). Esta é a mulher que sabe seu lugar, mesmo na política. E uma terceira possibilidade é a mulher que chega à política pela sua luta feminista, ou, mesmo tendo outra trajetória, incorpora a luta pelos direitos da mulher como sua razão de militância.

Nossa hipótese em relação a tais cenários é que no Brasil de hoje há uma aceitação bastante razoável da mulher na primeira e segunda condição e praticamente inexistência de espaço para a mulher na terceira condição. Na campanha que estamos analisando neste artigo, o discurso das candidatas nos indica fortemente a possibilidade dessa hipótese ser comprovada.

Do discutido até aqui, temos uma primeira conclusão: a importância da presença por duas razões igualmente significativas. A primeira delas é que essa presença revela uma mudança de cultura na sociedade, que vota na mulher. De uma sociedade que não admite mulher na vida pública, para uma sociedade que vota em mulher para cargos públicos, há uma grande distinção que é reveladora de avanços nas lutas das mulheres por direitos. Difícil imaginar uma mudança nessa direção sem um vigoroso movimento feminista na retaguarda. A segunda razão diz respeito ao fato de que a presença, mesmo que esteja muito distante das lutas feministas, é um espaço aberto para essas lutas. É um espaço de conquista, o que já se verificou várias vezes na história recente do Congresso Nacional no Brasil, como ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte, quando se formou a “bancada do batom”.

Mas há uma segunda questão que respondemos afirmativamente, que é a importância, no dizer de Phillips, da ideia. E quando ela fala em ideia está se referindo – e isto é importante – a uma ideia incorporada no sujeito da luta. O Brasil tem um acúmulo importante de conquistas das mulheres através do movimento feminista nos últimos 40 anos: os direitos assegurados na Constituição de 1988, o Programa Ação Integrada da Saúde da Mulher, as Delegacias Especiais para a Mulher, a Secretaria dos Direitos da Mulher, a

Lei Maria da Penha, de 2006, entre outros. Entretanto, todas essas conquistas aconteceram por uma pressão das mulheres feministas como *outsiders* à política institucional. Foram grandes movimentos e mobilizações de mulheres profissionais da saúde, do direito, somadas a mulheres feministas e de movimentos populares (feministas ou não) que pressionaram deputados, senadores e ministros para a aprovação de lei e de políticas públicas. Todavia, há uma grande barreira para que mulheres se coloquem na disputa eleitoral como defensoras dos direitos alcançados e de novas lutas. Há uma grande ausência de mulheres feministas ou mulheres que defendam publicamente as causas das mulheres nos legislativos municipais, estaduais e federal. Tal situação não pode ser atribuída simplesmente a um preconceito do eleitorado, que não as elege. Só poderíamos dizer isso com um certo valor de verdade se houvesse no mercado eleitoral brasileiro tais candidatas, mas elas são muito raras e aparecem às vezes em partidos muito alternativos, sem chances de vitória<sup>9</sup>.

Um fato incontestável no processo eleitoral brasileiro é a ausência de candidatas mulheres em número expressivo, que possa garantir uma disputa com os candidatos homens em proporções mais igualitárias. A resposta para essa ausência é complexa, e não é um fenômeno unicamente brasileiro. Em todo o mundo ocidental das democracias liberais, a presença da mulher nos parlamentos tem sido conquista árdua, resultado de políticas de ações afirmativas e de campanhas públicas. Kymlicka, em um compreensivo apanhado da teoria feminista, ao comentar a tese de MacKinnon (1987, p. 36) de que os homens levam vantagem desde os esportes até o trabalho, porque as atividades foram programadas para a fisiologia masculina, afirma:

Tudo isso [que] é neutro quanto ao gênero, no sentido de que as mulheres não estão excluídas arbitrariamente da busca das coisas que a sociedade define como valiosas, mas é sexista porque as coisas que estão sendo buscadas de maneira neutra quanto ao gênero baseiam-se nos interesses e valores dos homens. As mulheres estão em desvantagem não porque os chauvinistas favorecem os homens arbitrariamente na concessão de trabalhos, mas porque a sociedade inteira favorece sistematicamente os homens ao definir trabalho, mérito etc. (KYMICKA, 2006, p. 310).

<sup>9</sup> Na eleição Municipal de Porto Alegre, Vera Guasso, candidata a prefeita pelo PSTU que obteve menos de 1% dos votos, declarou em seu programa eleitoral ser a favor da discriminação do aborto, denunciando a hipocrisia das clínicas clandestinas.



A tese de Kymlicka é bastante promissora no sentido do apontar para o fato de que a ausência das mulheres não é reflexo de uma falta de vontade política ou uma natural tendência a não se interessar por política, mas sim, reflexo da forma como as atividades foram formatadas ao longo da história de uma sociedade.

Ainda neste momento devemos nos referir à terceira questão colocada acima, a da ideia sem a presença. Nessa condição, concordamos plenamente com Phillips, que como vimos aponta para a existência de uma situação de exclusão. Todavia, há ainda uma quarta situação, na qual a ideia é consequência da presença, mas extrapola a presença, isto é, uma ideia, no caso os direitos das mulheres, que está presente em um parlamento em decorrência da presença das mulheres, mas não está confinada ao discurso das mulheres e sim permeia o conjunto dos membros desse parlamento, ao mesmo tempo que não condena as mulheres a um gueto só legitimado pela sua própria luta como mulheres. Estamos falando aqui de um cenário de circulação de ideias, onde as lutas específicas perdem a especificidade e passam a ser assumidas como lutas do conjunto da sociedade. Isso ocorre quando uma dada sociedade entende que o fato de as mulheres terem direitos iguais aos homens não é bom apenas para as mulheres, mas para o todo da sociedade. Vejamos, pois, como as candidatas à prefeitura de Porto Alegre se colocaram durante a campanha, considerando a discussão acima.

### **Presença de mulher**

Maria do Rosário, Manuela e Luciana são mulheres jovens, estão entre os 27 e 42 anos, com grande experiência política e que, apesar de estarem em partidos diferentes, foram pelo menos uma vez colegas de partido uma da outra. Maria do Rosário começou sua vida política no PCdoB, partido hoje de Manuela, em 1994 passou para o PT, partido em que Luciana se elegeu pela primeira vez como deputada estadual. Dentro do espectro político eleitoral de 2008, representam a esquerda em oposição aos quatro homens de centro direita. A biografia de cada uma deixa claro, como veremos a seguir, que são pessoas com destaque nos seus respectivos partidos e, o que é mais significativo, são as que tinham maior potencial como candidatas, tendo em vista o resultado eleitoral. Isso é importante, pois há uma forte tendência de aparecerem candidaturas de mulheres que são as mais importantes nos parti-

dos, mas somente quando estes partidos não têm nenhuma ou muito pouca chance de vitória nas eleições. A história da atual governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, como candidata a cargos majoritários, é um vivo exemplo do que estamos afirmando. O fato de ser a mulher mais importante nada tem a ver com o fato de ter densidade eleitoral.

### **Luciana Genro**

Filha de uma médica e de um advogado engajado na luta contra a ditadura militar, Luciana desde cedo conviveu com a militância política paterna. Essa vivência no âmbito familiar a levou a começar precocemente sua atividade política, que teve início como líder estudantil no Colégio Estadual Julio de Castilho, tradicional colégio público do Rio Grande do Sul e que já formou várias lideranças políticas gaúchas. Buscando ter essa formação política de outros líderes, a própria Luciana solicitou que seus pais a transferissem de uma escola privada para o “Julinho”, a fim de realizar seu ensino médio. Foi assim que, muito jovem, iniciou sua carreira política, a exemplo do que também ocorreu com suas duas adversárias, Rosário e Manuela. Aos 14 anos, filiou-se ao PT e tinha quase 10 anos de militância quando se elegeu deputada estadual em 1994. Sua popularidade como jovem política na época estava muito ligada à figura de seu pai, Tarso Genro. Com o passar dos anos, entretanto, foi se distanciando da figura paterna por ter posições bastante mais à esquerda que o pai. Reelegeu-se para deputada estadual em 1998 e elegeu-se deputada federal em 2002. Na Câmara de Deputados, foi uma dura crítica do governo Lula, sendo expulsa do partido junto com a Senadora Heloísa Helena e o deputado Babá, em dezembro de 2003, por se opor à reforma previdenciária. Junto com estes políticos, criou o PSOL, partido pelo qual concorreu a deputada federal em 2006, tendo sido a deputada mais votada na cidade de Porto Alegre, obtendo 185 mil votos.

Na Câmara de Deputados, Luciana destacou-se sempre por ter uma posição radical contra o governo Lula e o PT. Foi líder do PSOL na Câmara em 2005-2006 e vice-líder entre 2006 e 2008. Luciana não teve uma atividade parlamentar significativa em comissões, mas coordenou duas frentes parlamentares, uma em defesa da Universidade Pública e outra pela Auditoria da Dívida Pública.

Luciana Genro ingressou em três cursos superiores, mas não concluiu nenhum. Em 1992, diplomou-se em Inglês, tendo atuado como professora desta língua entre 1988 e 1994. Em 2005 publicou um livro com o título *A falência do PT e a atualidade do Socialismo*. É casada e tem um filho de 20 anos.

### **Maria do Rosário**

Nascida em uma pequena cidade de colonização italiana, Veranópolis, Maria do Rosário, já moradora da capital, filiou-se ao PCdoB em 1985, então com 19 anos, permanecendo no partido até 1994. Professora da rede pública estadual e municipal de Porto Alegre, Rosário começou sua militância no forte sindicato dos professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), onde atuou nos comandos de greve de 1989 e 1990. Antes, havia militado no movimento estudantil secundarista. Na primeira vez que disputou um cargo eleitoral, quando tinha 26 anos, conquistou uma vaga de vereadora na Câmara Municipal de Porto Alegre. Durante o seu primeiro mandato de vereadora, transferiu-se para o PT, onde permanece até hoje. Já no PT, foi reeleita vereadora, interrompendo seu mandato para se eleger deputada estadual em 1998. Atualmente está no seu segundo mandato como deputada federal. Na última eleição, Rosário teve 110.081 votos, ficando entre os 10 deputados federais mais votados do Estado. No Congresso Nacional, Maria do Rosário tem atuação principalmente nas áreas de direitos humanos, direitos das mulheres, direitos das crianças e adolescentes e educação. Foi relatora da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e pertenceu às seguintes comissões permanentes como membro titular: Direitos Humanos (segunda vice-presidente), Educação e Cultura. Ainda fez parte de muitas comissões especiais, entre elas a do Ano da Mulher, em 2004; Estatuto da Mulher; Lei Nacional da Adoção; Programa Universidade Para Todos; e Reforma Universitária.

No Partido dos Trabalhadores, além dos mandatos já citados, concorreu como candidata a vice-prefeita na chapa encabeçada por Raul Pont em 2004, ocasião em que o PT perdeu a hegemonia de 16 anos na Prefeitura de Porto Alegre, sendo derrotado pelo candidato do PPS, José Fogaça. Exerceu cargos na direção do PT em nível municipal, estadual e nacional. Quando vereadora de Porto Alegre, foi líder do partido em 1998 e posteriormente, já

na Câmara dos Deputados, exerceu o cargo de vice-líder do PT, entre 2004 e 2005. Em 2005, foi candidata a presidente nacional do partido, exercendo o cargo de vice-presidente entre os anos de 2005-2007.

Maria do Rosário é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente prepara sua dissertação de mestrado na mesma Universidade. É casada e tem uma filha de oito anos.

## **Manuela**

Filha de uma família de classe média, Manuela realizou seus estudos no Ensino Médio em uma das mais tradicionais escolas de Porto Alegre. Logo após concluí-lo, ingressou em dois cursos universitários distintos em duas Universidades, uma pública e outra privada. Sua militância iniciou-se no movimento estudantil universitário, e já aos 20 anos coordenou o Centro de Estudantes do seu curso de graduação. Nesse momento, já estava filiada ao PCdoB, onde atuou tanto no Diretório Municipal como no Estadual. Atualmente faz parte do Comitê Central do PCdoB. Em 2003 participou da Diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) como Vice-Sul, função que desempenhou por dois anos. Nesse período formou-se em Jornalismo, mas nunca exerceu a profissão. Nas eleições municipais de 2004, disputou uma vaga na Câmara de Vereadores e aos 23 anos conquistou seu primeiro mandato eletivo, com mais de 9 mil votos. Apesar do pouco tempo que o PCdoB dispunha no horário eleitoral gratuito, Manuela conseguiu se destacar e seu bordão – “Aí, beleza!” – ficou bastante conhecido junto ao eleitorado, especialmente entre os jovens. Como vereadora, teve uma destacada atuação e exerceu seu mandato voltada para as questões da juventude. Depois de dois anos como vereadora de Porto Alegre, seu partido lançou-a como candidata a Deputada Federal e mais uma vez Manuela D’Ávila sagrou-se vitoriosa com uma expressiva votação. Como parlamentar, destacou-se pela autoria da “Lei dos Estágios”, legislação aprovada em 2008 e que normatizou os estágios dos estudantes do ensino médio e universitários. Respalhada por seus 271.939 mil votos e sem conseguir entendimento com o PT, que não abriu mão da cabeça de chapa, os comunistas formaram uma ampla coligação com seis pequenos partidos e lançaram Manuela para candidata à Prefeitura de Porto Alegre, tendo como vice o deputado estadual do PPS, Berfran Rosado. A coligação partidária foi denominada “Porto Alegre é mais”, e além dos dois partidos citados, faziam parte dela PSB, PMN, PTN, PR e PT do B.

Como o PPS era o antigo partido de José Fogaça, com o qual ele conquistou a Prefeitura de Porto Alegre em 2004, e o PCdoB é uma das legendas aliadas do presidente Lula, a candidatura Manuela-Berfran assume a postura de não-confronto e opta pelo caminho de uma campanha propositiva. Manuela é solteira e não tem filhos.

\*\*\*

Não aparece na biografia das três candidatas qualquer atividade ligada direta ou indiretamente às lutas pelos direitos das mulheres, levadas a efeito nas últimas décadas no Brasil. Apresentam sua origem de pessoas públicas no movimento estudantil e, no caso da candidata do PT, no sindicato dos professores da rede pública.

Dois aspectos chamaram muito a atenção nas campanhas de Maria do Rosário e de Luciana. Na primeira, foi a mudança no nome da candidata do PT, e na segunda, no seu visual. Há mais de uma década conhecida como Maria do Rosário ou simplesmente Rosário, passou a ser chamada de Maria. Isso certamente foi um trabalho de *marketing*, e sem entrar no mérito do acerto ou erro, devemos tomá-lo em consideração, pois trata-se de uma associação direta com a condição de mulher. Maria tem um significado religioso, de ser a mãe de Cristo, de piedade, de doação e de ser o nome de todas as mulheres. Maria é a letra da famosa e belíssima música de Milton Nascimento, muito cantada entre as feministas, que resume a mulher no nome. Algumas estrofes são definitivas: “Mas é preciso ter força / É preciso ter raça / É preciso ter gana sempre / Quem traz no corpo a marca / Maria, Maria / Mistura a dor e a alegria... / Mas é preciso ter manha / É preciso ter graça / É preciso ter sonho sempre / Quem traz na pele essa marca / Possui a estranha mania / De ter fé na vida”.

Luciana Genro também não se define como uma política mulher, nem traz no seu blog ou programa de TV temas ou questionamentos que caracterizem uma postura dessa natureza. Porém é bastante marcante a transformação física que a candidata sofreu ao longo da campanha. Ao longo dos anos, havia construído uma imagem de militante de esquerda, que não tinha nenhum cuidado com a aparência física, cabelos crespos e grandes, sem nenhuma maquiagem, vestida na maioria das vezes de jeans e camisetas. A candidata a prefeita se transforma completamente, adocica-se: alisa e corta

os cabelos, maquia-se com cuidado, mantém sempre as unhas pintadas em tons vermelhos e passa a adjetivar sua posição de radical, dizendo-se uma pessoa completamente aberta para o diálogo.

Finalmente, a terceira candidata, Manuela, apresenta-se na campanha sem nenhuma mudança de imagem em relação a campanhas anteriores, é muito jovem e reconhecida como uma mulher bonita. Faz da primeira condição uma qualidade, entretanto, em relação a ser bonita, tem reações bastante negativas, como se pode ver na resposta que deu a um jornalista durante a campanha.

Durante entrevista ao jornal *Zero Hora*, o colunista Paulo Sant’Ana dirige-lhe a seguinte pergunta: “Tu acreditas que a tua beleza vai ajudar a te fazer prefeita de Porto Alegre, apesar da tua pouca idade?” Manuela responde: “Apesar da pouca idade, Sant’Ana? Não acho que é apesar da minha pouca idade. Eu ironizo. Como fui obesa, tenho uma felicidade particular em ouvir elogios. Não sou nenhum padrão estético. Significa que talvez a gente estimule as meninas a tomarem menos anorexígenos. Sou a candidata que menos mudou esteticamente, estou igual. Não faço nenhuma transformação em foto ou em TV. Primeiro, acho que é uma besteira essa pergunta, segundo, porque ela é machista. Nunca ouvi essa pergunta para nenhum candidato a governador ou a prefeito de Porto Alegre. Esse é o problema, e não o elogio em si. É uma pauta que certamente amanhã tu não vais perguntar para o Fogaça. E isso é lamentável. Em pleno 2008 tenho de responder isso. É o mesmo problema com relação à minha idade. Por que ninguém pergunta para o Bill Gates, que com a minha idade já era multimilionário?”

A resposta de Manuela é bastante interessante, pois traz para o palco a sua condição de mulher de forma muito explícita. Ao responder, quer mostrar que o fato de ser bonita e jovem está associado à sua condição de mulher, pois nenhum dos dois atributos teria importância se fosse um homem. Portanto, quando a candidata sente-se atacada, ela revela uma clara consciência do machismo e do preconceito que pesam sobre as mulheres, ou porque são jovens, ou porque são belas, ou por qualquer outra razão de ocasião, mas isso, todavia, não se concretiza em sua propaganda eleitoral, onde se coloca positivamente como jovem, mas nunca como mulher.

Portanto, no que pese às três candidatas, por uma razão ou por outra, se colocarem como mulheres candidatas, isso não se traduz em uma postura política que traga junto com a candidatura a condição de ser mulher no

mundo contemporâneo e no Brasil. A pergunta “há uma forma da mulher fazer política?” pode ser respondida, nos casos das três candidatas, invocando características tradicionais atribuídas à mulher e não a posturas advindas do feminismo ou da luta mais geral pelos direitos das mulheres. Nos blogs das candidatas, não existe nenhum *link*, nenhuma chamada que fale dos direitos das mulheres ou das lutas das mulheres.

As questões dos direitos das mulheres ausentes na TV e nos blogs apareceram de formas diferenciadas nos programas oficiais das candidatas. O que não aconteceu no programa dos dois candidatos homens que estão sendo considerados neste artigo. É difícil apontar como razão única da ausência das questões da mulher nos programas dos candidatos homens o fato de serem homens. Dois outros fatores devem ser considerados: primeiro, o fato de ambos estarem mais à direita no espectro político do que as três candidatas mulheres e as questões da mulher e de minorias sempre são mais acolhidas por partidos mais à esquerda. Uma segunda razão é o fato dos dois candidatos homens terem programas muito sucintos, que pouco falam de suas propostas.

Tomando os programas das três candidatas encontrados em seus *sites*, surgem finalmente questões relacionadas com os direitos da mulher, com intensidades e matizes variados. Sem dúvida é a candidata do PT, Maria do Rosário, quem apresenta um programa mais detalhado para a mulher, que segue muito de perto as decisões das Conferências Nacionais da Mulher e do Plano Nacional da Política para a Mulher, tido como política de Estado através da Secretaria Nacional da Mulher. No seu programa está proposto: política pública de saúde integral; planejamento sexual (*sic*) e reprodutivo; cumprimento da Lei Maria da Penha; programa de emprego para mulheres usuárias da Bolsa Família; plano municipal de política para as mulheres; inserção do Conselho Municipal da Mulher em todas as regiões da cidade; inclusão de práticas educativas para por fim à discriminação nos currículos escolares. É interessante observar que, com todas essas propostas no programa, a candidata nunca apareceu na propaganda eleitoral gratuita veiculada na TV como uma defensora dos direitos das mulheres ou como alguém capaz de fazer valer esses direitos.

Manuela também traz em seu programa pontos importantes da agenda dos direitos da mulher no Brasil. Não chega a propor uma ação integrada, mas aponta questões como: programa de prevenção ao câncer de mama;

programa de saúde, com acesso a remédios e a contraceptivos, além de projetos de planejamento reprodutivo; cumprimento da Lei Maria da Penha e criação de um Centro de Atendimento Integral e multidisciplinar para a mulher; aumento do número de creches; fim da discriminação salarial e política pública para mulheres em situação de risco.

Finalmente, Luciana Genro também inclui em seu programa questões presentes da luta das mulheres no país, tais como: criação de centros de referência da saúde da mulher; cumprimento da lei Maria da Penha; creches; ações afirmativas para mulheres desempregadas com mais de 40 anos; diálogo permanente com o Conselho Municipal da Mulher<sup>10</sup>.

Portanto, tomando qualquer um dos programas oficiais das candidatas à Prefeitura de Porto Alegre, encontramos um conjunto importante de ações de proteção aos direitos das mulheres que se coadunam perfeitamente com as propostas das conferências nacionais e com a própria história do movimento feminista no Brasil. Entretanto, quando essas candidatas dirigem-se ao grande público, tomado aqui como o público em geral formado de homens e mulheres, essas questões são absolutamente ausentes. Tanto nos programas eleitorais como nos *sites* de campanha, só um estudioso ou estudiosa curiosos são capazes de encontrar esse conjunto de propostas.

As campanhas eleitorais para prefeito, veiculadas na TV, limitam-se a um conjunto restrito de temas: saúde; educação, segurança, infra-estrutura e meio ambiente. Evidente que em qualquer urbe esses temas são fundamentais, principalmente em se tratando de grandes cidades latino-americanas, onde as condições cotidianas da vida são bastante difíceis. Poder-se-ia argumentar que é a urgência desses temas que determinam a inexistência de questões como a da mulher (entre outras) do centro da campanha. Todavia, não nos parece que esse seja um argumento suficientemente forte, na medida em que qualquer um desses temas tem significados diversos para posturas ideológicas distintas e grupos sociais distintos. Tomemos como exemplo a questão da segurança: ela tanto pode ser entendida como mais polícia na rua e delinquentes na cadeia, como um projeto de inclusão social, valorização dos espaços públicos nas regiões mais dominadas por tráfico de droga, es-

<sup>10</sup> No programa de Fogaça há três referências à mulher, duas referindo-se a políticas já realizadas (atendimento integral à mulher em um hospital público da cidade e atendimento a grupos de mulheres da periferia). A sua única proposta que cita a mulher é a transformação de um abrigo em casa de amparo para mulheres com criança. No programa de Onix, que é bastante resumido, não há nenhuma referência às mulheres.



colas etc. O tema tem várias entradas e também tem significados diferentes, se pensarmos em idosos, jovens, mulheres, crianças, cidadãos usuários de transporte público ou de carro particular.

### **Ausência da mulher: a propaganda eleitoral gratuita do primeiro turno**

A campanha eleitoral veiculada na televisão no horário noturno (horário nobre) no primeiro turno das eleições para prefeito da cidade de Porto Alegre, por nós analisada, revelou um padrão bastante constante em relação a duas variáveis: programas dos candidatos e relação entre os candidatos. Em relação aos programas, o que mais chama a atenção é a semelhança dos temas e da forma como foram tratados por todos os candidatos, homens ou mulheres, de direita ou de esquerda: educação, saúde, infra-estrutura e segurança tomaram praticamente toda a programação de televisão.

Na relação entre os candidatos, a distribuição no espectro político entre eles determinou que o então prefeito José Fogaça praticamente não tivesse adversário, no campo da centro-direita, com quem competir por um lugar no segundo turno. Sua posição nas pesquisas eleitorais praticamente lhe garantia a presença. Já no campo da centro-esquerda, o cenário era completamente diverso, ali encontravam-se as três candidatas mulheres, uma com o objetivo claro de marcar posição de um novo partido, que se colocava à esquerda de todos os demais. Tratava-se de Luciana Genro, que construía sua identidade e a do PSOL a partir de uma dura crítica ao governo Lula, ao PT e à própria Maria do Rosário, sempre associada à crise do partido em 2005. De outra forma, Manuela D'Ávila e Maria do Rosário apareciam ao longo das pesquisas de intenção de voto do primeiro turno com iguais possibilidades de irem para o segundo turno, o que provocou uma disputa acirrada entre elas. Em síntese, o então prefeito assistiu em uma confortável posição a uma guerra entre três mulheres ao longo do primeiro turno.

A seguir vamos analisar como os quatro temas centrais da campanha aparecem no discurso da propaganda eleitoral dos quatro principais candidatos, com o propósito de estabelecer pontos de encontro, divergências e oposições entre eles. É importante chamar a atenção nesse momento que, apesar de nosso foco central ser a participação das três candidatas, a inclusão do candidato José Fogaça permite dois tipos de comparações importantes: de gênero e ideológica – entre centro-esquerda e centro-direita. Tomaremos para

efeito de análise os primeiros 12 dias do mês de setembro (duas semanas de propaganda oficial, seis programas com os candidatos a prefeitos), quando a campanha já estava suficientemente estruturada e ao mesmo tempo longe dos dias finais, onde ataques entre os candidatos e jogadas de *marketing* ocupam a maior parte dos programas eleitorais.

## Educação

O déficit educacional do país, associado à popularidade da ideia da sociedade do conhecimento e às políticas públicas na área levadas a efeito pelo governo federal, fizeram do tema Educação uma preocupação central na propaganda eleitoral dos candidatos a prefeito. Como é sabido, a educação infantil e a educação fundamental são de responsabilidade do município, e é em torno delas que as propostas se desenvolvem. Nesses seis programas analisados, encontramos as questões fundamentais que praticamente repetem-se ao longo de todo o período de propaganda eleitoral. O que chama mais atenção é que os três principais candidatos – Fogaça, Rosário e Manuela – praticamente não apresentam diferenças em suas propostas, o que varia é o quanto cada um acha que é competente para cumpri-las. O eleitor não está frente a propostas alternativas para escolher, mas frente a candidatos que se propõem a gerenciar propostas iguais. São três os temas principais: ensino em tempo integral; qualidade do ensino e ensino infantil, isto é, aumento do número de vagas em creches.

Fogaça e Rosário apresentam-se como professores e a partir daí como tendo um lugar privilegiado para falar da educação. Os dois, juntamente com Manuela, defendem a escola de turno integral como a grande solução para a melhoria do ensino e para a prevenção da marginalidade dos jovens. Fogaça acusa o antigo governo de 16 anos do PT de ter acabado com as escolas de tempo integral, porque era uma ideia de um governo do PDT. Em programa do dia 12 de setembro o candidato a vice de Fogaça, José Fortunati, egresso do PT e atualmente no PDT, faz a defesa do turno integral, apontando para o fato disso já ser realidade em Porto Alegre em 17 escolas. Rosário descreve sua proposta falando em um turno com aulas de música, teatro, esporte e aulas de reforço. Também aponta para a necessidade de que as crianças alimentem-se com qualidade três vezes ao dia na escola. A ideia do contraturno encontrada nas manifestações de Manuela é praticamente igual à de Rosário. Dia 3 de setembro, a candidata do PCdoB fala do direito das crianças

de classe popular a terem o mesmo tipo de educação das crianças de classe média, e isto se faria no contra-turno, com aulas de balé, língua estrangeira, informática, teatro, além de reforço escolar. A exemplo de Rosário, Manuela também se preocupa com a alimentação das crianças.

A questão da qualidade do ensino também ocupa parte importante do debate sobre a educação. Rosário e Manuela são enfáticas no mesmo ponto: a péssima posição das escolas municipais de Porto Alegre na classificação do IDEB (Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico) que se encontra, segundo dados veiculados no programa do dia 5 de setembro, em 2072º lugar entre os municípios brasileiros. No mesmo programa, é indicado que, em 2004, Porto Alegre figurava como a 2º cidade com melhor ensino no Brasil. Manuela traz os mesmos números sobre a situação do ensino na cidade, mostrando dados, também do IDEB, que indicam que Porto Alegre tem a mais baixa média de todas as cidades do Sul e Sudeste e está em situação pior do que Teresina, no Piauí. Não compara com dados anteriores, em vez disso aponta para a existência de 500 milhões de reais disponíveis para a educação pelo governo federal, que permitiriam resolver o problema. Fogaça não fala da classificação da cidade no IDEB, mas sim da coragem de seu governo de aceitar a avaliação feita pelo governo federal e a partir daí buscar metas de aprendizagem e de qualificação do ensino. Ao mesmo tempo, acusou o governo do PT, anterior ao seu, de se negar a fazer as avaliações propostas pelo governo federal, na época sob a presidência de FHC.

O terceiro tema referente à Educação refere-se às creches. A questão fundamental é a necessidade de ter mais vagas e aparece no programa dos três principais candidatos. É a única vez que Luciana Genro refere-se a educação. Tanto Rosário (01/09) como Manuela (05/09) falam em dobrar as vagas nas creches, a última inclusive compromete-se a destinar 3,5 milhões de reais para esse fim. Luciana, em um programa onde é simulada uma entrevista da candidata por um grupo de jovens, fala em fazer muitas creches públicas com o objetivo de dar condições para que jovens mães não tenham de abandonar os estudos (05/09). Importante observar que aqui apareceu uma grande ausente do programa eleitoral gratuito – a mulher, que somente aparece como mãe. Também é assim que surge no programa de Fogaça, quando este promete ampliar o número de vagas nas creches como uma política para as mães que trabalham. Em relação às creches, é bastante interessante observar que apesar da centralidade do tema, nenhuma das candidaturas tem uma

proposta para educação infantil, as creches são igualmente consideradas por todos apenas como um lugar seguro para mães deixarem seus filhos.

## **Segurança**

A segurança é uma das mais graves e polêmicas questões que atingem as grandes cidades brasileiras. Grave pelo nível de violência e insegurança que atinge, mesmo que de forma diferenciada, todas as comunidades de uma cidade, bairros ricos, de classe média, populares. Polêmica porque há diferentes teorias e métodos em discussão para tratar o problema. Em uma campanha municipal, o tema da segurança reveste-se de características muito próprias, pois é nas cidades que as pessoas vivem, sofrem violência ou sentem-se inseguras, e o prefeito é autoridade mais próxima para ser responsabilizada. Entretanto, a legislação brasileira deixa pouco espaço para o município atuar nessa área, as polícias civis são estadual ou federal e a polícia militar é estadual. A guarda municipal é uma instituição bastante nova e só há poucos anos foi autorizada a usar armas.

Dentro do que cabe a uma prefeitura realizar em termos de aumentar a segurança da cidade, as propostas dos quatro candidatos em tela são bastante parecidas e direcionadas à repressão e ao controle. Na verdade, não se encontra nenhum projeto de segurança para cidade, mas ações específicas que pretendem efeitos imediatos. A proposta comum a todos os candidatos que tratam do assunto, na semana em pauta, é o controle das ruas e saídas da cidade através de câmeras. Fogaça, Maria do Rosário e Manuela são enfáticos ao reafirmar a necessidade de monitoramento da cidade. O prefeito, que buscava a reeleição, fala em aumentar o número de câmeras, já Rosário apresenta um complexo modelo de monitoramento usado na cidade de Campinas, que chama de “Olho Vivo” e monitoraria a segurança e o trânsito da cidade através de uma grande central. No dia 3 de setembro, Rosário afirma: “O Ministério da Justiça tem um programa que se chama PRONASCI, que destina recursos para esse tipo de central de monitoramento. Não é empréstimo. É dinheiro do governo Lula para a cidade de Porto Alegre. E eu vou atrás desses recursos”.

Manuela dedica o programa do dia 8 de setembro para falar da segurança. Quanto ao monitoramento eletrônico, está particularmente preocupada em monitorar os limites da cidade para evitar a saída de carros roubados.

Rosário e Manuela propõem igualmente o combate às drogas, principalmente o crack: a primeira através da capacitação e melhoria da educação;

a última promete criar clínicas para tratamento de dependentes químicos. Medidas como aumentar o efetivo da guarda municipal e melhorar a iluminação das ruas e parques repetidamente são citadas nos programas das duas candidatas.

## **Saúde**

Com a Constituição de 1988, a saúde pública passou a ser municipalizada. Esse processo consistiu na transferência de atribuições ao poder local e verbas para as prefeituras gerenciarem. Entretanto, as demandas da população na área da saúde têm sido sempre superiores às verbas disponíveis. Frequentemente, pesquisas de opinião apresentam a saúde como uma das três áreas mais problemáticas, alternando de posição com a segurança pública e a educação, conforme a cidade e o período em que o levantamento é realizado. Porto Alegre é uma capital que não foge a esse quadro, daí a saúde ter sido um dos principais temas da campanha eleitoral de 2008.

Entre 01 e 12 de setembro, período selecionado para análise no presente artigo, o candidato que abordou com mais frequência a questão da saúde pública em seus programas eleitorais foi José Fogaça. Tanto para fazer promessas para os próximos quatro anos, como para apresentar suas realizações ao longo do seu mandato. Com isso, o candidato lançou mão de um duplo efeito: aquele que remonta ao passado – retrospectivo, e aquele que projeta o futuro – prospectivo. É justamente no primeiro quesito que o prefeito Fogaça levava vantagem sobre seus adversários de campanha: a possibilidade de mostrar seus feitos ao eleitorado.

O programa do dia 03 de setembro foi largamente dedicado ao tema da saúde, onde suas promessas e realizações aparecem simultaneamente. A locutora introduz o assunto admitindo que “a falta de médico, as filas e a dificuldade de conseguir um remédio ainda são uma realidade, mas graças a Fogaça está começando a mudar”. É nesse momento que a prestação de contas da administração municipal tem início, sendo destacado um conjunto de 10 ações implementadas pelo prefeito: (1) a reforma de 53 postos; (2) a criação do terceiro turno de funcionamento (até as 22h) de postos em seis regiões da cidade; (3) a abertura de oito farmácias distritais; (4) a nova emergência pediátrica no Hospital Presidente Vargas; (5) a contratação de 800 profissionais da saúde, sendo 206 médicos; (6) novas salas de atendimento odontológico; (7) ampliação de 54 para 90 equipes de PSF; (8) início

da informatização; (9) tele-medicina para gestantes na Restinga e (10) Porto Alegre é a segunda capital em investimento em saúde no Brasil. Para encerrar o tempo dedicado ao balanço da gestão Fogaça, a locutora lança um dos principais motes da campanha: “Primeiro a gente faz, e depois a gente fala”. Esse *slogan* foi veiculado para contrapor-se aos 16 anos de administração petista, que para seus opositores “falava, mas não fazia”. Ao apresentar suas ações, o prefeito buscava atingir dois objetivos: atrair o eleitor para seu lado e neutralizar possíveis críticas direcionadas pelos seus adversários.

O outro *slogan* da campanha – “É preciso fazer mais e avançar nas mudanças” – serve para introduzir as promessas do candidato à reeleição. Elas giravam em torno de cinco pontos: (1) aumentar para 200 as equipes de saúde da família, em quatro anos; (2) construir oito distritos de saúde; (3) implantar quatro unidades de pronto-atendimento, funcionando 24h; (4) ampliar o PSF/Cristal; (5) informatizar a área da saúde. Duas das propostas apresentadas por Fogaça também faziam parte do programa na área da saúde de Manuela e de Maria do Rosário. Os pontos em comum entre os três candidatos eram a informatização do sistema de saúde e a ampliação do programa da saúde da família (PSF). Nesse ponto houve uma “guerra de números”. Fogaça prometia sair das atuais 90 equipes e passar para 200. Já Manuela prometia elevar para 300 as equipes do PSF ao longo de quatro anos. E Maria do Rosário apenas prometia aumentar o número de equipes do PSF, sem especificar a quantidade. A ampliação do programa da saúde da família também foi prometida por Luciana Genro, sua proposta era triplicar as equipes.

Além das duas propostas destacadas e apresentadas pela candidata Manuela, ela também buscava atender a um público específico: os dependentes químicos. Essa medida seria implementada através da criação de clínicas voltadas para o atendimento desse grupo. Essa promessa da candidata do PCdoB foi ao ar no dia 8 de setembro e vinha ao encontro de uma realidade dramática e frequentemente noticiada pela mídia: pais ou mães acorrentando seus filhos na tentativa de impedi-los de consumir drogas. Como as drogas atingem em maior escala os jovens, através dessa promessa Manuela também se mostra preocupada em promover políticas públicas para a juventude, segmento do eleitorado com quem a candidata possui grande empatia.

Assim como Fogaça, Maria do Rosário também usa da estratégia de falar do passado, remontando-se às administrações do PT, e procura projetar o

futuro. Esse recurso foi bastante utilizado pela candidata no dia 10 de setembro, quando veiculou sua plataforma na área da saúde que previa, além da informatização da rede de saúde e da ampliação das equipes do PSF, mais duas ações: (1) marcação de consultas pela internet e (2) criação de centros de especialidades. Primeiramente, fala sobre “quando a Frente Popular administrou Porto Alegre e o que fez pelo sistema de saúde” e cada ponto abordado serve para desconstruir o Governo Fogaça, como por exemplo, não é verdadeiro que existam 90 equipes de PSF, mas tão somente “pouco mais de 10 (...)”. A candidata também destacou as promessas feitas na campanha de 2004 e que não foram cumpridas pelo prefeito, entre elas: os postos 24h, o Hospital da Restinga e os Centros de Especialidades. Maria do Rosário também destaca um serviço que funcionava bem – SAMU – e que na atual administração piorou. Ao final de sua fala (10/09), a candidata sentenciou: “A saúde ficou parada, mudou para pior” e “o pior de tudo é trazer de volta a antiga prática de fazer na última hora tudo o que não fez em quatro anos”. Ao contrário da Frente Popular, quando administrou a capital, “fez muito por Porto Alegre, só não fez mais por causa da discriminação do Governo Fernando Henrique”. Daí a necessidade de associar e destacar a importância de eleger Maria do Rosário neste momento, pois sendo do mesmo partido do presidente Lula, Porto Alegre irá se beneficiar dessa coincidência partidária.

Para apresentar sua proposta de criação dos Centros de Especialidades Médicas (CEM), promessa não cumprida pelo atual prefeito, Maria do Rosário também recorre à experiência petista de governar. Neste caso, o exemplo foi trazido de Belo Horizonte, que de acordo com a candidata “é um modelo que vem dando certo”. O programa eleitoral mostra imagens realizadas nos CEM da capital mineira e a candidata explicando seu funcionamento e suas vantagens. Nesses centros também existem recursos tecnológicos, o que os torna preparados para procedimentos de média complexidade. É esse centro de “cuidados médicos” que a candidata quer implantar em Porto Alegre.

### **Infra-estrutura**

O item infra-estrutura abarca as áreas de habitação, saneamento e transporte e é um dos temas recorrentes durante a campanha municipal de 2008. O ponto comum às três candidatas da oposição é a construção do metrô. Tanto Maria do Rosário como Manuela e Luciana prometem trazer para a capital esse meio de transporte. Entretanto, essa conquista para Porto

Alegre se dará de forma distinta entre as candidatas. Luciana Genro irá brigar junto ao Governo Lula para trazê-lo para os porto-alegrenses. Já Maria do Rosário e Manuela vão implantar o metrô justamente por sua proximidade com o presidente Lula. Como o Ministro do Esporte é do mesmo partido de Manuela, a candidata da PCdoB associa a obra do metrô aos preparativos para a Copa de 2014. Esse evento e o metrô são frequentemente citados nos programas eleitorais da candidata comunista como um ganho para Porto Alegre, creditado ao seu empenho e esforço. A candidata Maria do Rosário não faz menção ao evento esportivo de 2014, mas define a construção do metrô como uma saída para melhorar o transporte público e o trânsito em Porto Alegre. Todas as três candidatas têm a precaução de abordar a construção do metrô como uma obra que a Prefeitura não poderá realizar sozinha, mas precisará de verbas da União para fazê-la. Daí que Rosário e Manuela, esta por ser da base de sustentação do Governo Federal e a outra por pertencer ao mesmo partido do presidente, estão mais aptas para assumir a Prefeitura de Porto Alegre.

No período analisado, a obra do metrô foi um tema ignorado pelo candidato à reeleição. Nos primeiros dias de setembro, Fogaça expôs seu plano de governo abordando as áreas de habitação (1/9 e 10/9), saneamento (1/9), transporte (5/9) e obras viárias (10/9). Os dois primeiros itens estavam contemplados em um projeto maior denominado “socioambiental”, que ao ser implementado repercutiu em vários setores além dos dois supracitados, como a saúde, o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Durante a campanha eleitoral, esse projeto foi um ponto de atrito entre Fogaça e Maria do Rosário: conforme o candidato da situação lembrou, o socioambiental já existia quando ele assumiu a Prefeitura de Porto Alegre, mas “era um projeto de papel” e foi totalmente refeito por ele. No espaço eleitoral do PMDB do dia primeiro de setembro, os locutores apontaram que, quando Fogaça assumiu, a Prefeitura estava endividada e não tinha pago a obra da terceira perimetral, daí que não tinha crédito para financiar o socioambiental. Depois de “colocar a casa em ordem”, Fogaça conseguiu a aprovação do Senado e conquistou 83 milhões de dólares para o programa. Luciana Genro também atacou o prefeito Fogaça quando abordou a questão do transporte coletivo. Sua principal crítica era dirigida aos aumentos “abusivos” das passagens, muito acima dos índices da inflação, que a Prefeitura concedeu às empresas de ônibus. A candidata do PSOL prometeu rever



esses índices e reduzir o valor das passagens, mas para isso a “Prefeitura tem que ter mão firme” (01/9). Para expor a situação do transporte público na capital, a equipe de campanha da candidata dirigiu-se ao centro da cidade e colheu depoimentos dos usuários. Os principais problemas apontados foram as filas, o tempo de espera, os ônibus lotados e o alto valor das passagens. Logo depois da veiculação dessas cenas, Luciana apresenta sua solução para a situação: promete lutar para trazer o metrô para a cidade, já que não existe nenhuma garantia de que este meio de transporte virá para a capital, pois outras cidades ganharam o metrô, como Recife e Belo Horizonte, e “Porto Alegre foi discriminada pelo Governo Lula”.

### **A propósito de uma conclusão**

Tomando as questões que levantamos nas primeiras páginas deste artigo sobre a participação da mulher na política, a campanha para a prefeitura de Porto Alegre de 2008 permite verificar tendências e levantar algumas conclusões mesmo como hipótese para estudos futuros. Em primeiro lugar, é bastante simples de se verificar a presença de candidatas fortes, com possibilidades reais de vitória, mulheres que construíram suas vidas políticas dentro dos partidos. Isto é, pois, um indicativo importante de mudança no padrão do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul, estado sempre bastante reticente a votar em mulheres. Mas talvez essa seja a única grande mudança possível de observar nessas candidaturas, no que concerne ao papel da mulher na política. Não foi possível identificar no discurso das candidatas nenhum traço que marcasse uma postura política contaminada por uma nova forma de fazer política ou uma perspectiva feminista. Do que nos foi possível observar, não há nenhuma sensibilidade especial na forma das mulheres fazerem política nessa campanha. E não estamos defendendo aqui nenhuma postura de que haja uma natureza diferente que se expressaria na política, mas poderia se esperar uma prática diferente, que levaria a propostas menos conservadoras, no sentido de pouco criativas e propositivas.

Observa-se uma visão feminina em alguns aspectos, como a preocupação com o visual, a identificação da candidata do PT com o nome Maria e a presença da preocupação com as mães. Entretanto, tomando em consideração as questões da participação da mulher, levantadas na primeira parte deste artigo, podemos concluir com base no material empírico analisado que a mulher foi a grande ausente no discurso da campanha veiculada na televisão.

As razões dessa ausência devem ser buscadas tanto na postura das próprias candidatas como na recepção do discurso pelos eleitores e eleitoras. Tendo em vista que as questões referentes aos direitos das mulheres aparecem nos programas escritos de algumas dessas candidatas, até de forma bem detalhada, a ausência de qualquer referência a elas no programa eleitoral de TV parece indicar, que as candidaturas não assumem a existência de um número significativo de eleitoras-eleitores que se sensibilizariam com esse tipo de problemática, o que nos indica a reafirmação de uma questão discutida na introdução deste texto, que trata da existência ou não do sujeito mulher na política, dotado de um discurso a partir de sua condição.

### Bibliografia

- ARAÚJO, Clara. 2005. "Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 24, n. 24, p. 193-216, 2005.
- \_\_\_\_\_. & SCALON, Celi. 2006. "Gênero e a distância entre a intenção e o gesto". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 21, p. 45-68, 2006.
- AVELAR, Lucia. 2007. "Mulher e política: o mito da igualdade". *Lua Nova*, n. 43, p. 98-102.
- BENHABIB, Seyla. 2003. *The claims of culture*. Princeton: University Press.
- FRASER, Nancy. 1997. *Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition*. New York: Routledge.
- \_\_\_\_\_. 2001. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era-pós socialista". In: SOUZA, Jessé (org). *Democracia hoje*. Brasília: Editora UnB.
- KYMLICKA, Will. 2006. *Filosofia política contemporânea*. São Paulo: Martin Fontes.
- MACKINNON, Catharine. 1987. *Feminism unmodified: discourses on life and law*. Cambridge: Harvard University Press.
- PATEMAN, Carole. 1992. *Participação e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PHILLIPS, Anne. 1996. *Gênero y teoría demcoracática*. México: UNAM.
- PINTO, Céli Regina J. 1997. *Eleições municipais de 1996: Porto Alegre e seus discursos*. Porto Alegre: PPG Ciência Política, UFRGS.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

YOUNG, Iris Marion. 2000. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.

### **Resumo**

Este artigo tem o objetivo de analisar a disputa das três candidatas de esquerda à Prefeitura de Porto Alegre em 2008. A proposta é a de verificar como as candidatas Luciana Genro, Maria do Rosário e Manuela D'Ávila construíram suas imagens e que conteúdos foram utilizados para suas apresentações aos eleitores. Uma questão fundamental de análise foi a presença da condição de mulher no discurso das candidatas. A pesquisa foi realizada durante o período oficial do primeiro turno da campanha municipal, correspondendo aos meses de veiculação da propaganda eleitoral gratuita, entre 15 de agosto e 1º de outubro de 2008.

**Palavras-chave** eleições municipais; a mulher na política; política brasileira.

### **Abstract**

The purpose of this article is to analyze the electoral dispute between three left wing woman candidates to the Porto Alegre City Hall in the elections held in 2008. Its proposal is to investigate how the candidates Luciana Genro, Maria do Rosário, and Manuela D'Ávila constructed their images and what kind of contents they used in order to present themselves to the electorate. An important issue addressed to in the analysis is the presence of the woman condition in the candidates' discourse. The research was developed during the first round of the official campaign, focusing the free electoral propaganda broadcasted on television and radio, from August, 15 to October, 1st of 2008.

**Key words:** local elections; woman in politics; Brazilian politics.

Recebido em fevereiro de 2009.

Aprovado em março de 2009.